TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

ATA DE REUNIÃO

2ª Reunião Ordinária do ano de 2022
(equivale à quinta reunião ordinária desde o início dos trabalhos)

Reunião de Análise da Estratégia – RAE

Comitê de Gestão Estratégica

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO		
02/05/2022	14h	Videoconferência

MEMBROS	
Des. João Benedito da Silva	Coordenador do Comitê Regional de Priorização do Tribunal de Justiça da Paraíba -TJPB
Euler Paulo de Moura Jansen	Juiz Auxiliar da Presidência indicado pelo Presidente do TJPB
Fábio José de Oliveira Araújo	Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça indicado pelo Corregedor-Geral do TJPB
Antônio Silveira Neto (ausente) Representado por Daiane Lins da Silva Firmino – Coordenação Pedagógica da Escola Superior da Magistratura	Juiz indicado pelo Diretor da Escola Superior da Magistratura do TJPB
José Falbo Abrantes Vieira (ausente)	Diretor Administrativo do TJPB
Izabel Vicente Izidro da Nóbrega	Diretora de Economia e Finanças do TJPB
Einstein Roosevelt Leite	Diretor de Gestão de Pessoas do TJPB
Ney Robson Pereira de Medeiros	Diretor de Tecnologia da Informação do TJPB
Robson de Lima Cananéa	Diretor Especial do TJPB
Ana Caroline Leal Vasconcelos	Gerente de Projetos e Gestão Estratégica do TJPB

PAUTA
1) Apresentação dos Projetos dos Macrodesafios por cada magistrado(a) responsável; 2) Apresentação dos Indicadores do Planejamento Estratégico pela Gerente de Pesquisas Estatísticas; 3) Encaminhamentos

DEBATES
Aos dois dias do mês de maio do ano de 2022, às 14 horas, reuniram-se, por videoconferência, os membros do Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJPB, conforme fls. 01, justificando-se as ausências do juiz Antonio Silveira Neto, que foi representado por Daiane Lins da Silva Firmino – Coordenação Pedagógica, bem como ausência do Diretor Administrativo, José Falbo Abrantes Vieira, por problemas de saúde em pessoa da família. Também estiveram presentes os(as) magistrados(as) Coordenadores dos Projetos dos Macrodesafios que apresentaram e explicaram os avanços e dificuldades encontrados no decorrer da execução. Também houve o registro da ausência do juiz Jeremias de Cássio Carneiro de Melo, responsável pelo Projeto "Centro de Inovação e Inteligência do TJPB", pertencente ao Macrodesafio: Aprendizado e Conhecimento, que está com quase 60% em andamento. O Presidente do TJ/PB, Des. Saulo Benevides, após os agradecimentos, ressaltou a importância do planejamento para o bom desenvolvimento da gestão e passou a palavra para Ana Caroline, Gerente de Projetos e Gestão Estratégica – GEPRO. Ela, após apresentação da pauta, informou sobre a realização da primeira reunião ordinária no mês de março do corrente ano. Citou que a mencionada reunião ocorreu no formato diferente, pois só houve a presença dos membros do Comitê de Gestão Estratégica, já que o objetivo da reunião de março era aprovar as metas e prioridades para o ano de 2023, não se tratando da execução, mas de um futuro Plano de Gestão do TJPB, a partir das demandas do Planejamento Estratégico, das deliberações dos diversos Comitês e Comissões existentes, além da própria Resolução nº 35/20, do TJPB e da Resolução nº 325/2020, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026. Aquela reunião culminou com os encaminhamentos ao Presidente do TJPB, Des. Saulo Benevides, que aprovou as deliberações e autorizou que a Diretora de Economia e Finanças, Izabel Nóbrega, providenciasse o encaminhamento do Plano ao Poder Executivo. Também explicou e demonstrou, em tempo real, o caminho de acesso ao Mapa Estratégico e ao Portfólio de Projetos existentes no portal do TJPB. Enfatizou que, a partir dos Indicadores, e que muitos já estão vinculados à Justiça em Números, tem-se uma visualização de como se encontra o judiciário estadual paraibano. Explicou que cada Macrodesafio tem um(a) juiz(a) Coordenador(a) do Projeto e que este(a) fica responsável por acompanhar a execução e cumprimento dos trabalhos de sua equipe. Em seguida, partiu-se para o primeiro ponto da pauta: **1) Apresentação dos Projetos dos Macrodesafios por cada magistrado(a) responsável:** • Dr. Alexandre Targino – Macrodesafio: Sociedade - Garantias e Direitos Fundamentais - Projeto Atermação Eletrônica. O Projeto tem como fundamento permitir que o cidadão faça o encaminhamento de suas demandas ao Juizado Especial, a fim de tentar uma conciliação pré-processual. Em não havendo êxito nesta etapa, vai para

julgamento no âmbito dos Juizados Especiais. Ressaltou que já existe uma Unidade-Piloto na Vara da Saúde, mas que ainda está faltando a regulamentação da Atermação Eletrônica para concluir o Projeto, bem como fazer acréscimos para convênios com outras instituições ou que sejam feitos ajustes nos existentes, de maneira a contemplar a execução do Projeto. Ainda, trouxe a preocupação de que não houve nenhuma demanda, apesar da Unidade-Piloto estar em funcionamento há um mês. Disse que a divulgação ainda está restrita, apesar da assessoria da comunicação ter inserido vídeos no portal do TJPB, e fez um apelo para que se tente uma maior divulgação institucional, haja vista ser uma ferramenta importante de acesso à justiça, objetivo do citado Projeto. Com a palavra, o Presidente do TJPB, Saulo Benevides, solicitou ao Dr. Alexandre o envio de material e informações para que seja providenciada a ampla divulgação.

- Dra. Maria Aparecida Sarmento – Macrodesafio: Sociedade - Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade. O Projeto trata da realização de Pesquisa sobre o Poder Judiciário, que visa fazer um levantamento da impressão da sociedade, com relação aos serviços do Poder Judiciário. Iniciou tecendo elogios ao empenho da Gerente de Pesquisa Estratégica, Renata Grigório e da Gerente de Projetos e Gestão Estratégicas – Ana Caroline Leal. Disse que foi realizada uma pesquisa voltada para o(a) cidadão(ã) que tem processo na justiça, para a classe de advogados(as) e para o Ministério Público (MP), no período de 22 de novembro de 2021 e 23 de dezembro de 2021. Ressaltou que enfrentou percalços na divulgação da pesquisa, apesar de todo apoio da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Informou que conseguiu divulgação com algumas emissoras e rádios, e destacou a dificuldade que o portal do TJPB apresenta em não manter um banner permanente sobre a matéria. Explicou que já existe um minucioso relatório elaborado com índices estatísticos elaborado com o apoio de Renata Grigório. Finalizou informando que o Projeto está concluído e que o relatório será entregue à Presidência do TJPB, com sugestões a serem incitadas na próxima gestão. A palavra foi concedida à Walquíria, Gerente de Comunicação, tendo ela explicado que foram divulgadas cerca de três matérias no site do TJPB, bem como disse que foram feitos contatos com os veículos de comunicação, mas obteve respostas evasivas e de aparente desinteresse pelo assunto. Com a palavra, o Presidente solicitou que o material fosse repassado à Presidência, a fim de encaminhamento a alguns Diretores e Executores da Imprensa paraibana.
- Dr. Fábio Brito – Macrodesafio: Processos Internos –: “Agilidade na Prestação Jurisdicional”. A primeira ação do Projeto tratou sobre “Desenvolvimento de Curso de Gestão”, que é genuinamente criação da equipe do TJPB, estando concluída e devidamente incorporada e internalizada no cotidiano de magistrados(s) e servidores(as). A primeira turma, que foi voltada exclusivamente para magistrados(as), já foi concluída e, atualmente, já está em andamento a segunda turma, num formato misto, para magistrados(as) e servidores(as). A segunda ação pensada versou sobre a criação de uma ferramenta para arquivar processo, e tal ferramenta foi desenvolvida pela Corregedoria, identifica quais processos estão sentenciados, mas que ainda não estão arquivados, a fim de melhorarmos a taxa de congestionamento, haja vista as três possibilidades, quais sejam, arquivar o processo, evoluir para cumprimento de sentença ou subir para análise de eventual recurso. Esta ferramenta já está sendo

usada, inclusive será muito utilizada na Semana Estadual de Sentenças e Baixa Programada de Processos (SESBAPP) que ocorrerá na segunda semana de maio do corrente ano. A terceira ação ainda está sendo pensada, mas, inicialmente, seria a criação de uma ferramenta de pontuação maior no aferimento do merecimento das Unidades com taxa de congestionamento mais controlado ou a adoção de algum indicador de viés mais direto, por exemplo, o trabalho de consultoria para as Unidades que estiverem com os processos atrasados. Concluiu dizendo que será feita uma análise para decidir como será a evolução dentro da perspectiva do Planejamento Estratégico.

- Dr. Jailsson Suassuna – Macrodesafio: Processos Internos – Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa. Informou que, a partir da Resolução nº 35/2020 coube ser o Coordenador da equipe composta por Dr. João Lucas e Dr. Rúsio, tendo trabalhado com Dr. João Lucas, no ano de 2021, o Projeto sobre a "Redução do Tempo Médio de Tramitação dos Processos de Improbidade Administrativa", informando que já está concluído. Este ano, estão trabalhando no Projeto "Redução do Índice de Prescrição e do Tempo Médio de Tramitação dos Processos Criminais de Corrupção", que está desenvolvendo com Dr. Rúsio. Deste modo, a palavra foi dada a Dr. Rúsio que explicou a convergência da temática, já que são integrantes da Meta 4, que trata de identificar e julgar até 31/12/2022, 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2018, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão. O Objetivo é reduzir o tempo médio de tramitação destes feitos, já que na análise que foi verificada são processos que tramitam por muito tempo e fica difícil de serem analisados. Para diminuir esse problema, vislumbraram trabalhar com as seguintes propostas: 1) reduzir 20% a cada ano a quantidade de processos que integram o rol da Meta 4 até que todos sejam julgados normalmente no prazo estabelecido pelo CNJ; 2) diminuir em 20% as ações penais em relação ao ano anterior; 3) julgar as novas denúncias no prazo de até dois anos. Para o desenvolvimento do Projeto foram apresentadas cinco ações: 1) criação de perfil independente dentro de cada Vara no PJE para os processos criminais de corrupção; 2) criação de cartório unificado estadual para cumprir com exclusividade os processos de crimes contra a administração pública; 3) designação de servidores(as) específicos para cumprir com exclusivamente esses processos penais que tratam da corrupção administrativa; 4) criação de varas regionalizadas para julgamento deste tipo de processo ou criação de gabinete virtual para este fim; 5) estabelecer institucionalmente a prioridade desses processos criminais no PJE, em todo o Estado. A palavra foi concedida ao Presidente do TJPB, Des. Saulo, tendo ele informado sobre a existência de projeto para a Criação de uma Vara com Competência Estadual, com grande estrutura de assessores(as) e servidores(as). Explicou que ainda está em análise o alcance dela, se somente para organização criminosa ou se envolveria processos de formação de quadrilha. Ainda, comunicou que está sendo avaliada se seria um órgão colegiado com três magistrados(as) ou apenas com um(a) magistrado(a), e que este(a) possa convocar magistrados(as) para julgarem de forma coletiva, além da hipótese de existir um(a) juiz(a) sem rosto, conforme já acontece em outro Tribunal. Disse que a criação de uma Unidade precisa da autorização do CNJ e, assim, surgiu a possibilidade de modificar a competência de uma Vara na Capital, enviando um projeto

para Assembleia, pois a competência estadual para julgamento das organizações criminosas não tem previsão na LOJE. Neste viés, disse que não precisaria consultar o CNJ, conforme entendimento da Mesa Diretora, pois esse projeto seria para dar a competência, e não para criação de Unidade. Completou dizendo que, conforme interesse das próximas Gestões, poderá ser criada outra Vara em Campina Grande com jurisdição no Sertão, Cariri, Curimataú etc.

- Dra. Ivna Mozart – Macrodesafio: Processos Internos – Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos**.** O Projeto "Start up na Conciliação" está com 62% concluído e o principal objetivo é a busca ativa de processos aptos à conciliação, por Conciliadores que farão parte da base de cadastro. Para tal base, será iniciada a divulgação de uma campanha para cadastramento destes Conciliadores, após passarem pelo refinamento do NUPEMEC. Porém, ainda falta adequar o fluxo de tramitação dentro do PJE, que será feito pela DITEC. **Ana Caroline apresentou o Projeto de Dra. Ivna, tendo em vista a juíza estar em gozo de férias.**
- Dr. Leonardo Paiva – Macrodesafio: Processos Internos – Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios. Esclareceu que o Projeto já foi concluído e teve o propósito de automatizar a questão dos precedentes, a fim de alertar os(as) magistrados(as) sobre o julgamento, a afetação, e que pudesse fazer a integração entre o PJE e o Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BNPR). Disse que a ideia foi gestada na comissão que se formou, com esforços e atuação da DITEC, e que o Projeto despertou interesse do CNJ para expandir o Projeto para o Brasil, mas não sabe dizer em que ponto se encontra as ações do CNJ. Explicou que já foi criado um link entre TJPB e CNJ e já está à disposição dos(as) magistrados(as) a ferramenta que verifica quando a movimentação está sob afetação. Disse que o sistema sinaliza, atualizando automaticamente, e transfere o processo para a caixa de processos julgados, evitando que o(a) juiz(a) faça a verificação manualmente, já que é captada e catalogada no PJE. Acrescentou que, numa perspectiva futura, a depender da atualização da versão do PJE, haverá a possibilidade de, quando a ação for intentada, verificar se aquela ação pode ser enquadrada em algum precedente de Tribunal Superior.
- Dra. Ana Amélia – Macrodesafio: Processos Internos – Promoção da Sustentabilidade. O Projeto "Educação para sustentabilidade: agir sustentável" já está concluído e teve como objetivo capacitar os Gerentes de Fóruns e servidores(as) do Tribunal que dão apoio à Sustentabilidade visando a elaboração de plano de ações que visem sustentabilidade ambiental, econômica e social, no seu ambiente de trabalho. Mobilizou-se 44 Gerentes de Fóruns para participarem de curso de formação com carga horária de 40 horas. Para a conclusão e concretude do curso de formação, os participantes elaboraram plano de ação socioambiental, levando em consideração o estímulo de mudança de cultura e controle do impacto das ações. Ela destacou que o Fórum de Remígio, baseado no plano de ação, já implantou coleta seletiva, canteiro de horta, interação institucional com Secretaria de Agricultura do município. Disse que foi elaborado relatório a ser enviado à Presidência, contendo sugestão para ampliar curso de capacitação para magistrados(as) servidores(as), através da Escola Superior da Magistratura – ESMA, além de sugestão para que seja subsidiado encontro de Gerentes de Fóruns e apoio da Gerência de Comunicação para a produção de

material socioeducativo e ambiental. Com a palavra, Ana Caroline informou que existe no Portal do TJPB a iniciativa sobre Sustentabilidade, onde o relatório conclusivo do Projeto poderá ser inserido.

- Dr. Rodrigo Marques – Macrodesafio: Processos Internos – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal. O Projeto em andamento atualmente versa sobre a "Criação dos Centros Especializados de Proteção às Vítimas". Informou que, a partir da Resolução nº 253/18, do CNJ, o TJPB aderiu à política institucional de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais, editando a Resolução nº 44/2022. Essa política institucional tem como objetivo adotar providências necessárias para garantir que as vítimas de crimes e de atos infracionais, incluindo cônjuges, companheiros, familiares em linha reta, irmãos e dependentes das vítimas, cuja lesão tenha sido causada por um crime, sejam tratadas com equidade, dignidade e respeito pelos órgãos judiciários e de seus serviços auxiliares, através de um canal especializado. Nos citados Centros Especializados as vítimas dos crimes e atos infracionais receberão atendimento multidisciplinar, ficarão informadas se houve denúncia, representação, se há expedição de alvará de prisão, apreensão ou soltura, se há expedição de mandado, dentre os demais atos processuais. Os Centros têm ações diversas e denota a importância que a vítima de crime e ato infracional passa a ter nos feitos. Também informou que a rede de atendimento que atuará nos Centros passará por formação, incluindo magistrados(as) e servidores(as), bem como ressaltou que as vítimas poderão ser encaminhadas para participarem nos procedimentos restaurativos, haja vista a criação dos Centros de Justiça Restaurativa (JR). Atualmente, já existe o atendimento provisório, apenas em regime de plantão. Outro destaque foi dado quanto à comunicação à Corregedoria para que nas inspeções e fiscalizações se verifique o cumprimento das citadas Resoluções, visando aferir violações e vitimização secundária, como exemplo, na mesma audiência reunir ofensor e vítima. Comunicou que algumas ações ainda estão em andamento, tais como definição de equipe, de espaço físico para acolhimento das pessoas, criação do ambiente virtual apto a trazer informação para que a vítima saiba como deve agir para garantir seus direitos, capacitação das pessoas que atuarão nos Centros, criação de Ato normativo para funcionamento em João Pessoa e Campina Grande. Concluiu dizendo que é um projeto inovador não só na Paraíba como em todo Brasil, e que este projeto, que hoje está 40% concluído, estará pronto para ser entregue à sociedade, em breve. Com a palavra, Ana Caroline complementou a apresentação de Dr. Rodrigo, informando a todos que já está inserido no ambiente virtual (hotsite) do TJPB, na faixa vermelha, em "Serviços", as informações sobre o Centro.
- Dr. Euler Jansen – Macrodesafio: Processos Internos – Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária. Dr. Euler explicou que a coordenação do Projeto que visa "Instituir Modelo de Governança do TJPB" somente chegou a ele em novembro de 2021, mas que já conseguiu, num esforço hercúleo, alcançar 17% do total. O Projeto visa disciplinar o modelo de governança no âmbito do TJPB e, por meio dele, construir a cadeia de valor do Tribunal e dar início ao mapeamento dos processos de trabalho, até dezembro de 2022. Disse que está verificando em outros órgãos como ocorre o desenvolvimento da questão gerencial no poder público, bem como está no processo de análise de documentação. Informou que está restringindo alguns processos de trabalho, no quesito da governança, a fim de alcançar a

implementação das bases que servirão de legado para as futuras administrações. Destacou a grande colaboração de Sidney Brito, Gerente de Auditoria Interna (GEAUD), momento em que tomou conhecimento de que ele havia feito semelhante trabalho na INFRAERO, seu antigo emprego.

- Dr. Gustavo Pessoa – Macrodesafio: Aprendizado e Conhecimento - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas. O Projeto sobre "Estabelecer estratégias para Redução do Absenteísmo" tem a coordenação de Dr. Gustavo Lyra, e Valéria Beltrão, como Gestora e visa reduzir o índice de absenteísmo, a partir da ampliação das ações de qualidade de vida e adequações do ambiente de trabalho. Valéria informou que, após o levantamento dos dados, tem o apoio da Gerente de Pesquisas Estatísticas, Renata Grigório, que aperfeiçoa os indicadores em base estatísticas, ajudando a Gerência de Qualidade de Vida (GEVID) a criar ações voltadas à política de atenção integral de magistrados(as) e servidores(as). Falou da existência de temas específicos e educativos sobre saúde, no portal do TJPB, além de vídeos que serão inseridos, após a atualização que está sendo efetivada na página da GEVID. Comunicou que existe uma ação itinerante, exemplificando a ginástica laboral que vai ao ambiente de trabalho. Enfatizou as atividades de teleatendimento, explicando que a equipe da assistência social verifica as licenças que estão no sistema e direciona para a equipe de enfermagem, para o corpo de Psicólogos(as) ou para equipe médica, conforme as necessidades apontadas nas licenças. Ressaltou grande demanda em busca de Psicólogos(as) e falou da existência do Projeto Receptividade, onde se faz o acolhimento, escuta e acompanhamento das questões de saúde mental. Acrescentou ter parcerias estabelecidas com Unimed e Associação das Esposas dos Magistrados da Paraíba (AEMP), além do apoio da ESMA, com a promoção de webinários. Também apresentou as dificuldades, devido ao grande volume de demandas de transtornos mentais e comportamentais, tendo chegado a mais de 850 atendimentos, além dos atendimentos espontâneos, motivo pelo qual solicitou, através de Processo Administrativo, um médico Psiquiatra e mais Psicólogos(as), a fim de melhor acolher as pessoas que procuram o serviço. Disse que tem feito um trabalho de identificação das pessoas que mais se ausentam do trabalho. Reativou o Projeto Atividade, que já existia na Vila Olímpica, às sextas-feiras, mas que ainda está se mostrando bem tímido. Também apresentou as terapias alternativas existentes e falou do convênio com Secretaria de Esporte e Lazer para disponibilizar a estrutura física da Vila Olímpica para prática de esportes como hidroginástica, futsal, atletismo e beach tênis, dentre outros. Finalizou dizendo que está em fase de desenvolvimento um software RGP Qualidade de Vida, com o apoio da DITEC, para acompanhar, integrar, padronizar os processos de saúde, além de ter informado sobre solicitação de compras de material ergonômico, com base no levantamento realizado. Apresentou a ordem das patologias mais prevalentes dizendo que no ano de 2021 houve muitos casos de virose e em segundo lugar transtornos mentais e comportamentais, chegando a ter um aumento próximo a 70% em relação ao ano de 2020, além dos problemas osteomusculares, que aparecem como patologias mais prevalentes.
- Dr. Bruno Medrado – Macrodesafio: Aprendizado e Conhecimento - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira**.** Este Macrodesafio é composto por uma equipe e tem como Coordenador o juiz Gilberto Rodrigues. Iniciou informando que o Projeto "Incremento da Eficiência Fiscalizatória junto às Serventias Extrajudiciais", a pedido do

Coordenador, está sob sua gerência, e tem como objetivo aumentar a arrecadação através da fiscalização das serventias extrajudiciais. Para o desenvolvimento, precisa da colaboração da Corregedoria, e especialmente da Gerência de Fiscalização (GEFEX). A pretensão é incrementar em dois pontos: fiscalização eletrônica e fiscalização física. Em relação à fiscalização eletrônica, já avançou com a criação do Sistema de Arrecadação de Emolumentos (SARE), através do controle de emolumentos que são pagos, mas que o SARE ainda pode ser melhorado e pode ser introduzida nova ferramenta para aprimorar a fiscalização. O outro viés, é o da fiscalização "in loco", mas que enfrenta vários problemas, pois há certo desconhecimento por parte de magistrados(as) quanto às questões fiscalizatórias, além do fato da equipe da GEFEX ser pequena, não conseguindo fazer o controle como é proposto no Projeto. Neste aspecto, há sugestão de aumento do quadro da GEFEX, trazendo melhor qualidade para a equipe, além da presença de um Auditor permanente para contribuir com a fiscalização e incremento dos emolumentos judiciais. A ideia é ter uma equipe permanente da GEFEX que possa, a qualquer momento, seja por iniciativa própria ou por determinação do(a) juiz(a) Corregedor(a) permanente, realizar a fiscalização "in loco". Porém, como não tem como realizar a fiscalização física, utilizaria os dados do SARE, selecionando uma serventia acima do padrão e uma serventia abaixo do padrão, a fim de entender o que está ocorrendo, trazendo dados para montar relatório e verificar se a ideia do Projeto é viável ou não, já que o objetivo é haver uma fiscalização continua e o aumento da arrecadação para o TJPB.

2) Apresentação dos Indicadores do Planejamento Estratégico pela Gerente de Pesquisas Estatísticas: Renata, a fim de iniciar a apresentação dos Indicadores, fez a observação de que os Indicadores são anuais e que, por isso, alguns não estão fechados porque ainda estão em levantamento ou porque ainda são parciais. O material apresentado foi disponibilizado para ser juntado na presente Ata.

Não tendo mais nada a tratar, o Des. João Bendito declarou encerrada a reunião, em nome do Presidente do TJPB que precisou se ausentar para cumprir os compromissos de agenda, agradecendo a todos(as) os magistrados(as) envolvidos(as) nos Projetos por eles(as) apresentarem caminhos para a Administração, tanto a presente quanto a futura, melhor gerir o TJPB, e destacou a importância deste trabalho em alcançar o desiderato da Justiça moderna, que passa por uma Justiça de todos(as) e para todos(as).

Encaminhamentos:

1) **Rever Plano de Gestão visando inclusão de novos Coordenadores e suas iniciativas;**
2) **Preparar calendário e incluir no primeiro quadrimestre reunião com DIFIN sobre Metas e Prioridades do ano posterior**
3) **Próxima reunião 08 de agosto de 2022, às 14 horas.**

OBS.: SEGUE ANEXA PLANILHA DO PAINEL DE INDICADORES APRESENTADO PELA GERENTE DE PESQUISAS ESTATÍSTICAS.

Ata validada por todos os membros, **datada e assinada** eletronicamente pelo Coordenador do Comitê Regional de Priorização do 1º Grau, que presidiu a reunião, com apoio da Gerência de Projetos e Gestão Estratégica.

JOAO BENEDITO DA SILVA:4682548

Assinado de forma digital por JOAO BENEDITO DA SILVA:4682548
Dados: 2022.05.18 11:07:20 -03'00'

Desembargador *João Benedito da Silva*
Coordenador do Comitê Regional de Priorização do 1º Grau

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2021-2026

PAUTA

- **Projetos Estratégicos**
  - ***Concluídos***
  - ***Em andamento***
  - ***Novos Projetos***
- **Indicadores e Metas**
- **Deliberações e Encaminhamentos**

MAPA ESTRATÉGICO

https://www.tjpb.jus.br/planejamento-estrategico

PROJETOS ESTRATÉGICOS

https://app.tjpb.jus.br/painel-projetos/

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

MACRODESAFIO	INDICADORES RELACIONADOS	2021	2022
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	IDOB - Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias	84,96%	78,94%
	IEDD - Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias	79,40%	15,26%
	IEP - Índice de Execução das Dotações para Projetos	26,44	39,34

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acervo Total	65,80%	77,67%	81,52%	98,17%	98,33%
IGOV-TIC	0,42	0,77	0,91	0,7301	

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Índice de Absenteísmo-Doença	2,09%	1,15%	1,23%	1,75%	1,08%
PRQV - Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho	47%	47%	48%	36,77%	4,78%
Índice de Capacitação de Magistrados	38,00%	20,00%	13,00%	12,68%*	
Índice de Capacitação de Servidores	10,12%	30,87%	20,25%	14,54%*	

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Desempenho nos Eixos Governança e Qualidade da Informação (Prêmio CNJ)	-	79,20%	66,12%	67,03	*

Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Taxa de Encarceramento	220,57	137,40	117,20	126,63	
TpCpCCrim - Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento		3,96	4,59	4,95	5,02
TpDecPen - Tempo Médio das Decisões em Execução Penal					
TpPrisProv - Tempo Médio de Julgamento em Primeira Instância dos Presos Provisórios	Sem regra	Sem regra	Sem regra	Sem regra	Sem regra

Promoção da Sustentabilidade

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
IDS - Índice de Desempenho de Sustentabilidade	54,60%	50,00%	49,80%	*	*

Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Tempo Médio entre o Trânsito em Julgado/ou Sentença de Mérito do Precedente e a Sentença de Aplicação da Tese					
Tempo Médio entre Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)	3,3	5,5	6,6	6,4	4
Tempo Médio entre Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IAC)	NÃO HÁ INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA PROCESSADO NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA				

Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Índice de Conciliação	7,64%	12,32%	7,29%	7,29%	6,86%
Índice de Realização de Audiências no CEJUSC			3216,86%	183,11%	42,54%

Enfrentamento à Corrupção, À Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Índice de Prescrição	0,33%	0,73%	2,66%	3,30%	3,06%
TpCpICE - Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais	4,09	4,34	4,69	4,74	4,78
Tempo Médio de Tramitação dos Processos Administrativos Disciplinares	0,70	0,35	0,07	1,259	1,256

Agilidade na Prestação Jurisdicional

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais	95,39%	64,15%	56,67%	53,13%	86,69%
TCL - Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais	75,15%	64,93%	58,82%	55,61%	85,69%
IAD - Índice de Atendimento à Demanda	100,18%	112,00%	117,87%	127,75%	137,43%
Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário	4,11	4,14	3,63	3,75	3,72

Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

INDICADORES RELACIONADOS	2017	2018	2019	2020	2021
Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário					
Desempenho no Ranking da Transparência		47,37%	77,21%	85,27%	75,85%

Garantia dos Direitos Fundamentais

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Tempo médio de decisão	843,82	812,27	803,91	1.317,03	1.295,24
Taxa de magistrados na população	0,0069%	0,0067%	0,0066%	0,00640%	0,00635%
Taxa de varas na população	0,0061%	0,0056%	0,0053%	0,0058%	0,00579%
CN 1º grau por 100 mil habitantes	4.578	4.599	3.480	4.282	1.078
Casos novos eletrônicos em relação aos casos novos total	80,43%	84,95%	92,68%	98,64%	98,46%

ENCAMINHAMENTOS

- **Revisão do Plano de Gestão**
  - ***novos Coordenadores e nova iniciativas***
  - ***Elaboração de calendário***
- **Inclusão no calendário do primeiro quadrimestre – Metas e Prioridades do ano posterior**
- **Outros encaminhamentos**
- **Próxima RAE**

GERÊNCIA DE PROJETOS E GESTÃO ESTRATÉGICA

OBRIGADA!